

Em Busca da Tradição Nacional

[1947-1964]





Caminhos da Cultura Popular no Brasil | volume 1



Em Busca da Tradição Nacional

|1947-1964|

Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular 2008

O vídeo “Em busca da tradição nacional” inaugura a série Caminhos da Cultura Popular no Brasil, que narra a trajetória institucional, e marca as comemorações dos 50 anos do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular. Criado em 1958, com o nome de Campanha, sua constituição se dá a partir do Movimento Folclórico (1947-1964), articulado por intelectuais brasileiros como Renato Almeida, Edison Carneiro, Joaquim Ribeiro e Manuel Diégues Júnior, para a formação de um órgão que centralizasse o estudo e a preservação das expressões populares.

A Unesco, criada em 1945, recomenda aos países membros um esforço no sentido de criar organismos voltados para o conhecimento das culturas populares. É nesse contexto que em 1947 se estruturou a Comissão Nacional de Folclore, ligada ao Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura – IBECC – do Ministério das Relações Exteriores. O Centro surge, então, como desdobramento dos trabalhos dessa Comissão, bem como da mobilização desses intelectuais. Reconhecido trabalho, reconhecido esforço que a presente série quer destacar.

A proposta, aqui, é mostrar, por meio da história institucional, um pouco da memória dos estudos de folclore e cultura popular no Brasil, explorando a documentação sonora e visual da Biblioteca Amadeu Amaral. São fotografias, filmes, vídeos e gravações sonoras – reunidos a partir das pesquisas institucionais, do apoio parcial ou integral a pesquisas realizadas por terceiros e

da importante colaboração de doadores que confiaram seu material à guarda do Centro – que revelam parte importante da história da cultura brasileira.

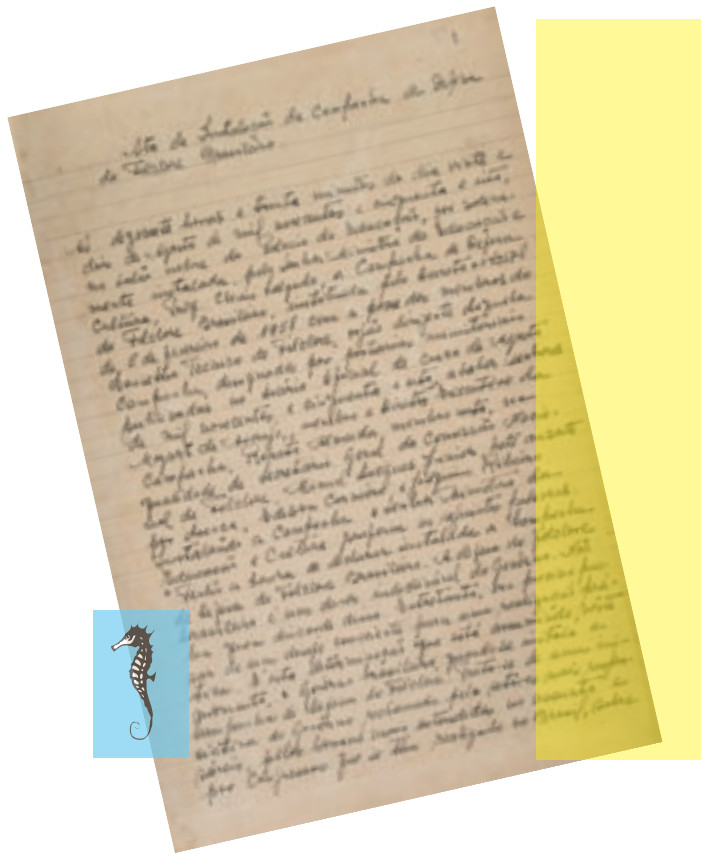
A preocupação com o registro em meio magnético das expressões populares acompanha o trabalho institucional desde sua criação. A Carta do Folclore Brasileiro, de 1951, já previa que trabalhos de pesquisa deveriam ser executados por equipes multidisciplinares nas quais se incluíam técnicos de cinema e de gravação de som.

O tratamento digital, com a restauração de imagem e som desses documentos, realizado no próprio Centro, tem como objetivo não só preservar a memória e o significado das iniciativas para construção desse campo de estudos no país, mas também potencializar o acesso do público a esse acervo, de modo que ele sirva de suporte para o desenvolvimento e a continuidade de pesquisas e estudos na área, favorecendo seu fortalecimento e, conseqüentemente, a valorização das expressões das culturas populares.

Este primeiro vídeo da série é um trabalho coletivo da atual equipe do Centro que evidencia o empenho desses técnicos e sua dedicação na qualificação e valorização do trabalho institucional. A todos eles, também, o reconhecimento pelo esforço empreendido.

Boas histórias em um bom filme.

*Claudia Marcia Ferreira | Diretora
Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular*



Entre arquivos e memórias; a respeito de uma narrativa audiovisual sobre a CDFB

Daniel Reis

Arquivos são instituições portadoras de dimensões múltiplas. Histórica na medida em que resguarda documentos da ação do tempo e para um outro tempo; cartorial, pois que seu conteúdo é recorrentemente acionado como prova, para atestar um dado; republicana na medida em que permite o acesso público a seu conteúdo; cultural, já que é guarda da memória, supostamente protegendo do esquecimento; poética na medida em que guarda, “com frescor original, como cada época sonhou o seu futuro irrealizado”.¹

Arquivos são campos de possíveis. De uma imensa gama de documentos emergem possibilidades de olhares sobre uma época, sobre um tempo que já não é mais. Eles guardam os fragmentos de projetos para o futuro que hoje se configuram como memória. Por meio desse caráter multifacetado, tais instituições exercem papel crucial na sociedade moderna. Sobretudo nas últimas décadas, quando se identifica um interesse nunca antes visto pelas questões de memória, arquivos – assim como museus e bibliotecas – passaram a ocupar um lugar central como fonte de acesso ao passado.

A iniciativa de produzir um vídeo a respeito da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro – CDFB – surgiu dessa pers-



pectiva de lançar um olhar sobre os arquivos do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP. Um levantamento preliminar permitiu identificar um conjunto de documentos que, mais do que a memória institucional, relatam fragmentos do sonho de um grupo de intelectuais em busca do que acreditavam ser a “alma do povo”. Neles

está contido pelo menos meio século do que já foi definido como “projeto e missão”² de registrar e salvaguardar a cultura popular nacional. Cartas, fotografias, vídeos, áudios, livros, folhetos, xilogravuras formam um amplo panorama da cultura popular brasileira. Desse conjunto emerge ainda um outro olhar: sobre aqueles que projetaram essa história, já que, falando muito sobre um dado tema, um acervo diz mais ainda sobre quem o construiu.

Os arquivos em pauta são resultado das atividades de um grupo de intelectuais que integraram o denominado Movimento Folclórico Brasileiro, iniciado na década de 1940, momento de grande efervescência em torno do tema



Congada de São Francisco em São Sebastião (SP)

no país. Esse movimento se organizou em torno da Comissão Nacional de Folclore (CNF), órgão para-estatal criado em 1947, vinculado ao Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBCEC), no âmbito do Ministério das Relações Exteriores, para ser a representante brasileira junto à Unesco, tendo como objetivo o registro e proteção das manifestações folclóricas, bem como a inserção dos estudos de folclore enquanto disciplina autônoma no espaço acadêmico brasileiro.

Desencadeado pelos folcloristas em prol do reconhecimento dessas práticas culturais, o movimento também pode ser lido como uma busca por centralidade, embora a ideia de centro tomada aqui não remeta a uma espacialidade:

são locais onde se concentram atividades importantes; consistem em um ponto ou pontos de uma sociedade, onde as ideias dominantes fundem-se com as instituições dominantes para dar lugar a uma arena onde acontecem os eventos que influenciam a vida dos membros desta sociedade de uma maneira fundamental.³

Se os intelectuais articuladores do movimento, polígrafos oriundos das mais diversas vertentes, tinham em comum o “amor” pelo estudo da cultura popular, reconheciam que essa tarefa só poderia ser alcançada se o órgão destinado a essa tarefa tivesse certo prestígio junto aos centros de poder. Do contrário, seus esforços permaneceriam eternamente à margem, destituídos de visibilidade.

A tentativa de aproximação do centro de poder, a fim de trazer maior visibilidade ao movimento, teve como principal articulador Renato Almeida⁴. Questionado sobre os motivos de ter criado a CNF junto ao Itamaraty e à Unesco e não um trabalho junto aos próprios grupos de folclore, Almeida forneceu o relato que segue:

os estudos de folclore eram apenas de alguns raros e não se levava bastante a sério o folclore. Amadeu Amaral fez tudo pra fundar uma sociedade de folclore em São Paulo. Fundou uma, mas essa sociedade só teve a sessão de instalação. Mário de Andrade depois se esforçou também, mas a coisa não vingou. Joaquim Ribeiro, aqui, Cascudo, em Natal, tentaram... a coisa não ia. (...) eu era membro da diretoria do IBECC e senti que era possível, talvez, com o guarda-chuva do IBECC, a sede, Palácio do Itamaraty, atrair aí um pouco de atenção e conseguir algum prestígio. Quando eu propus à diretoria do IBECC, então presidida pelo meu eminente e queridíssimo amigo Levy Carneiro, que recebeu minha proposta, todos concorreram, mas eu senti que eles estavam dando, gentilmente, um brinquedo a uma criança. Não havia crença nenhuma, não havia fé nenhuma, se se fazia, se não se podia fazer. Mas, desde a primeira reunião que se



2º Congresso Brasileiro de Folclore, Curitiba (PR), 1953. Da esquerda para a direita: Rossini Tavares de Lima(1); Oswald de Andrade Filho(3); Renato Almeida(7)

fez no Itamaraty, esse guarda-chuva do Itamaraty, que era como essa moça do guarda-chuva do banco, esse guarda-chuva do Itamaraty foi formidável. Eu consegui, então, que se levasse a sério a instituição que pertencia a um grande órgão de caráter internacional, que era o IBECC. E realmente foi possível, logo, nós fazermos a primeira Semana Brasileira de Folclore, com grandes figuras, com o Gilberto Freire, com Joaquim Ribeiro, enfim, com grandes elementos. E começamos um trabalho, que, no começo, eu confesso, eu não sabia bem como ia ser. Eu estava um pouco tateando. Eu me recordo que, na primeira reunião, foi dona Heloísa Alberto Torres que nos deu um programa. Programa, mais ou menos, que nunca foi executado, e sistemático não era possível. Nós tínhamos que trabalhar pouco a pouco. Mas o fato de ser oficial permitia nos aproximarmos de autoridades. Essa Semana de Folclore já possível fazer no Ministério da Educação, porque era uma comissão do IBEC; depois, foi possível fazer o primeiro congresso. E no primeiro congresso – você se lembra, foi aberto no Itamaraty, presidido pelo ministro das Relações Exteriores, e a festa, na Quinta da Boa Vista. Compa-

receu o presidente da República, o que nos animou e tudo isso. Dois anos depois, nós conseguimos fazer o Congresso Internacional em São Paulo, e o mais, tudo você sabe. A razão foi essa. Foi encontrar um pouco de prestígio, para nós podermos trabalhar. E foi esse trabalho que resultou, afinal, ser atendido o nosso pedido no primeiro congresso, para se criar um organismo que cuidasse. Porque não era possível só com boa vontade, e o trabalho de boa vontade foi imenso. (...) Foi essa a razão; se eu ficasse em pequenos meios, eu não teria conseguido coisa alguma. Então é a hora das classes altas servirem nas classes baixas.⁵

No relato de Renato Almeida, a alçada do Itamaraty é destacada como o caminho para o reconhecimento do campo do folclore, por se tratar de um órgão institucional de prestígio. Por outro lado, expressa sua própria insegurança inicial e falta de crença por parte do IBECC nesse projeto. Se o canal para atrair visibilidade para o movimento havia sido aberto, Almeida reconhecia que esse trabalho teria de ser feito paulatinamente. Ao sublinhar a presença de personalidades de renome nacional nos eventos realizados pelos folcloristas, como Gilberto Freire e Getúlio Vargas, Renato Almeida assinala que o projeto era possível, destacando a presença dessas figuras como indicador da importância que o movimento estaria adquirindo.



1º Congresso Brasileiro de Folclore, Rio de Janeiro, 1951. Almoço oferecido ao presidente Getúlio Vargas, em primeiro plano e, logo atrás, Renato Almeida

Essa busca pela centralidade como meio de alcançar visibilidade para o movimento se fazia em dois níveis principais. Um deles refere-se ao âmbito da política cultural em que procuravam a penetração no aparato estatal por meio da criação de agências visando à difusão do folclore. O outro diz respeito à inserção no campo acadêmico e consolidação do folclore como disciplina.

No que tange ao primeiro, reconhece-se relativo êxito obtido pelos folcloristas. Foram realizadas diversas reuniões destinadas a debater o assunto em âmbito regional, nacional e internacional, além de instituídas agências estatais, entre elas a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro – CDFB –, atual Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP.

Nesse sentido, o movimento dos folcloristas ganhou expressividade e a Comissão Nacional de Folclore buscou criar uma rede de articulação com sede no Rio de Janeiro, então capital federal, constituída por meio de subcomissões estaduais. A proposta era de um trabalho integrado com a sede da CNF, que funcionaria como centralizador e difusor das informações geradas por todo o país. No projeto as subcomissões teriam autonomia para trabalhar em seus estados, sendo incentivado até mesmo seu processo de juridicização, de modo a poderem captar recursos e se articular com secretarias e órgãos dos governos estaduais e municipais.

Com o propósito de dar maior ênfase às subcomissões, Renato Almeida decide alterar o nome para “comissões estaduais”. A intenção, com essa mudança aparentemente simples, era

de lhes conferir mais prestígio e força na busca de parcerias junto a seus estados. Como argumenta:

quando eu vim para a Campanha, eu pretendia fazer um trabalho totalmente ligado a essas comissões. Porque aqui é um poder central, e não podia trabalhar no âmbito nacional sem trabalhar com as comissões. (...) [Então] propus ao Diégues [que] ao invés de sub-comissões, seriam comissões. Comissões estaduais e a comissão nacional. (...) e então, se transformaram em comissões estaduais, e aí dá um status maior, (...) para se desenvolver o estado ligado à secretaria de cultura, secretaria de turismo, secretaria de educação, e sempre fazendo uma ligação no estado e nós também.⁶

A rede nacional constituída pela CNF e as comissões estaduais se fazia visível por meio das semanas e congressos de folclore. Entre eles os mais destacados são o de 1951, no Rio de Janeiro, que contou com a presença do então presidente Getúlio Vargas, e o de 1954, realizado em São Paulo, de caráter internacional. Esses encontros eram espaços de dimensões múltiplas: além dos fóruns de debates, incluíam apresentações folclóricas, culinária, bem como exposições, cuja proposta era de que servissem de embrião para instalação de futuros museus sobre o tema. Entre estes cabe citar o Museu Folclórico do Paraná, inaugurado em 1953 por ocasião do 2º Congresso Brasileiro de Fol-



2º Congresso Brasileiro de Folclore, Curitiba, 1953: Renato Almeida, Dante de Laytano, Fernando Corrêa de Azevedo, Ilha de Laytano, José Loureiro Fernandes



Instalação da CDFB, 1958. Joaquim Ribeiro, Renato Almeida, Clóvis Salgado, Mozart de Araújo, Heitor Villa-Lobos

clore, realizado em Curitiba, e a expansão do Museu de Artes e Técnicas Populares de São Paulo, a partir da anexação da coleção que integrou a Exposição Interamericana de Arte Popular, em 1954, durante o 1º Congresso Internacional de Folclore.⁷

Toda a mobilização do grupo culminou em 1958 na criação da CDFB, uma entre outras campanhas criadas no governo Juscelino Kubitschek, visando a contornar uma questão burocrática, tal qual elucida Renato Almeida:

(...) na época não se podia fundar nenhuma repartição sem ir ao congresso. E o Governo Juscelino Kubitschek contornou essa dificuldade criando as campanhas, várias campanhas existem por aí. Mas a intenção, o que é campanha, é realmente o Instituto de Folclore⁸.

Com a criação da CDFB, os folcloristas alcançavam a institucionalização almejada pelo movimento contando com recurso próprio, ainda que pequeno.⁹ A partir de 1961, passaram a contar também com um importante meio de articulação e divulgação, a Revista do Folclore Brasileiro, que, além dos boletins e outras publicações organizadas, circulou até 1976, totalizando 41 volumes. Tornou-se um difusor e catalisador das pesquisas, contendo, além de artigos, notas de pesquisa e registros de eventos.

No que tange à busca pela constituição do folclore enquanto campo disciplinar, tornou-se lugar-comum argumentar



que os folcloristas não lograram o mesmo êxito. Sua inserção na universidade era vista como elemento fundamental para a consolidação do campo no país, como advogou Renato Almeida em 1969: “o Folclore só será levado perfeitamente a sério, só representará o papel que tem, no dia em que ele penetrar na universidade. E ele já está penetrando, assim, em algumas cadeiras em faculdades de filosofia e tudo isso. Mas enquanto ele não entrar, seja isoladamente, seja na cadeira de Antropologia Cultural, nós lutaremos com muita dificuldade”¹⁰.

Note-se que a inserção do folclore na estrutura universitária é narrada por Almeida como sinônimo de credibilidade. Era o meio de dar aos estudos de folclore o *status* que supostamente lhe caberia. Quanto a esse ponto, é curioso notar, observando a biografia desses



1º Congresso Brasileiro de Folclore, Rio de Janeiro, 1951

folcloristas, que alguns eram professores universitários. Théo Brandão, em Alagoas, por exemplo, foi professor da faculdade de medicina e, em um momento seguinte, de antropologia. A relação com a universidade era presente também na realização de cursos e projetos de pesquisa. Mas quando se tratava de institucionalizar os estudos de folclore como campo dentro da academia, a questão tomava outros rumos. De tal forma que se por um lado os próprios folcloristas integravam o centro universitário, por outro, o campo que defendiam ficava alijado desse universo, pelo menos do modo como pretendiam.

Um dado importante referente a essa questão é o fato de o momento de efervescência do folclore corresponder também ao período de redefinição do *locus* das ciências sociais no Brasil. Com a então recente criação das universidades, essa disciplina buscava consolidar sua institucionalização. Nesse sentido, o debate sobre esse novo *status* pleiteado para o folclore foi permeado por questionamentos quanto a sua cientificidade. Se os folcloristas o defendiam enquanto disciplina autônoma, com objeto próprio, baseado na idéia do fato folclórico, partidários de visão oposta atribuíam-lhe a falta de um objeto próprio,



Inauguração da Biblioteca Amadeu Amaral, Rio de Janeiro, 1961

situando-o como um ramo da sociologia e/ou da antropologia e da história. Além disso, os próprios folcloristas passaram a ser criticados pela postura adotada diante do objeto de estudo, por um suposto caráter romântico e diletante que levaria a distorções e correções de dados de pesquisas, comprometendo sua qualidade.¹¹

Nesse sentido, o folclore foi gradativamente colocado para fora do modelo acadêmico disciplinar que se consolidava. Embora seus estudiosos permanecessem dentro da estrutura universitária, ele foi se cristalizando enquanto um sub-campo das ciências sociais de modo geral. Daí argumentar Vilhena:

(...) no plano dos estereótipos, o folclorista se tornou o paradigma de um intelectual não acadêmico ligado por uma relação romântica ao seu objeto, que estudaria a partir de um colecionismo descontrolado e de uma postura empiricista. Dessa forma, os estudos de folclore são frequentemente vistos como uma disciplina menor ou como um recorte temático inadequado, praticados fora das instituições universitárias por "diletantes".¹²

Sob essa perspectiva, com a própria marginalização do campo quanto a suas pretensões acadêmicas, se encerra o período em que se tentou atrair um foco central para o folclore no



3ª Semana Nacional de Folclore,
Porto Alegre, 1950. Renato Almeida
e Dante Laytano



4ª Semana Nacional de Folclore, Macaé,
1957. Luis da Câmara Cascudo, José Siqueira
e Edison Carneiro

Brasil. Se essa busca gerou resultados na institucionalização de agências, no plano acadêmico perdeu a disputa com as ciências sociais, sendo relegado a um lugar marginal.¹³

No plano institucional, a despeito do êxito obtido, os folcloristas sofreram um baque em 1964, com o golpe militar. Em função de questões políticas, seu principal articulador naquele momento, Edison Carneiro¹⁴, foi destituído do cargo de diretor da CDFB. Segundo relato de Vicente Sales, a CDFB “foi fechada no dia primeiro de abril com um cartaz na porta que tinha estes dizeres: “fechado por ser um antro de comunistas”.¹⁵

Derrotados no plano acadêmico e com sua principal agência interdita por questões políticas, no plano institucional, pode-se dizer que, sob determinado enfoque, encerrava-se em 1964 um ciclo da história da Campanha. Suas atividades seriam retomadas em seguida tendo Renato

Almeida – personagem que não se chocava com as tendências governamentais daquele momento – como seu diretor, após uma manobra dos folcloristas no intuito de evitar que a instituição continuasse alvo de perseguição política. Inaugurava-se uma nova fase no projeto de defesa





Conselho Nacional de Folclore,
1961. **Theodor Brandão**

do folclore brasileiro, com continuidades e rupturas em relação ao período anterior.

A despeito do maior ou menor grau de sucesso desses intelectuais em busca do reconhecimento do folclore nacional, é inquestionável sua preocupação com a documentação de suas atividades. Uma rápida investida nos arquivos do CNFCP permite confirmar tal dado. Se por

um lado foram acusados de românticos e diletantes, por outro, foram pródigos em construir sua própria memória, deixando um rico acervo constituído.

Procurou-se, com este vídeo, fornecer um panorama sobre esse projeto intelectual que, embora pouco conhecido atualmente, teve significativa expressão nas décadas de 1940, 1950 e 1960. O recorte adotado procura dar conta da fase considerada de maior agitação entre os folcloristas, tal como apontado no



1º Congresso Brasileiro de Folclore, Rio
de Janeiro, 1951. **Cecília Meireles, Renato
Almeida e Rômulo de Almeida**

clássico estudo sobre o tema de Luiz Rodolfo Vilhena – entre 1947-1964. A opção se deu também pelo fato de que a documentação dessa fase era a de sistematização mais completa para o trabalho. Investimentos com outros recortes temporais e temáticos são projetos para o futuro.



Folclore do litoral norte de São Paulo:
produção de cerâmica em São Sebastião

bibliografia

- ANDRADE, Mário de. Folclore. In: MORAES, R. B.; BERTIEN, W. (Org.) *Manual bibliográfico brasileiro*. São Paulo: Souza, 1949.
- CARNEIRO, Edison. Evolução dos estudos de folclore no Brasil. *Revista Brasileira de Folclore*. Rio de Janeiro: CDFB, v. 2, n 3, 1962.
- _____. Estudos de folclore no Brasil: adendo e retificação. *Revista Brasileira de Folclore*. Rio de Janeiro: CDFB, v. 2, n 4, 1962.
- CARTA do folclore brasileiro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE FOLCLORE, 1., 1951. *Anais...* Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1952, v.1, p. 77-85.
- CAVALCANTI, Maria Laura; VILHENA, Luís Rodolfo. Traçando fronteiras: Florestan Fernandes e a marginalização do folclore. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, CPDOC, n. 5, 1990.
- CAVALCANTI, Maria Laura Viveiro de Castro *et al.* Os estudos de folclore no Brasil. In: SEMINÁRIO FOLCLORE E CULTURA POPULAR, 1988, Rio de Janeiro. *Seminário Folclore e Cultura Popular: as várias faces de um debate*. 2. ed. Rio de Janeiro: Funarte, CNFCP, 2000.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das culturas*. RJ: LCT, 1989.
- _____. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- LIMA, Rossini Tavares. Museu de Artes e Técnicas Populares. *Revista Brasileira de Folclore*. Rio de Janeiro: CDFB, v.5, n. 13, set./dez. 1965.

LISSOVSKY, Maurício. Quatro + uma dimensões do arquivo. In: MATTAR, Eliana (Org.). *Acesso à informação e política de arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004. p. 47-63.

ORTIZ, Renato. *Cultura popular: românticos folcloristas*. São Paulo: PUC-SP, 1983.

PEIRANO, M. A Legitimidade do folclore. In: SEMINÁRIO FOLCLORE E CULTURA POPULAR, 1988, Rio de Janeiro. *Seminário Folclore e Cultura Popular: as várias faces de um debate*. 2. ed. Rio de Janeiro: Funarte, CNFCP, 2000.

VILHENA, Luís Rodolfo da Paixão. *Projeto e missão: o Movimento Folclórico Brasileiro (1947-1964)*. Rio de Janeiro: Funarte: FGV, 1995.

notas

1 LISSOVSKY, M. Quatro + uma dimensões do arquivo. In: Eliana Mattar. (Org.). *Acesso à informação e política de arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004, v. , p. 47-63.

2 VILHENA, Luís Rodolfo. *Projeto e Missão: o Movimento Folclórico brasileiro*. Rio de Janeiro: Funarte/FGV, 1997

3 GEERTZ, Clifford. *Saber Local. Novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis, 1998. P.184

4 Renato Almeida: Foi diretor da CDFB, sendo um de seus principais articuladores. Nasceu no dia 8 de dezembro de 1895, na cidade de Santo Antônio, BA. Formado pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, foi chefe do Serviço de Documentação do Ministério da Relações Exteriores, diretor do Colégio Franco-Brasileiro, professor do conservatório Brasileiro de Música e da Academia de Música Lorenzo Fernandez, secretário-geral da Comissão Nacional de Folclore, membro da Academia Brasileira de Música, da Academia Brasileira de Filologia, do

Instituto de Direito Internacional, da The Folklore Society – de Londres, da Society of Folk-lore das Americas (USA), do International Folk-music Council – de Londres, da Societé Francaise de Musicologie – de Paris, da Sociedade de los Amigos del Arte Popular de Buenos Aires. Recebeu várias e importantes condecorações nacionais e estrangeiras. Participou do I Congresso Brasileiro Internacional de Folclore – Rio de Janeiro, do Congresso Internacional de Folclore - São Paulo, da I e II Conferências Regionais da UNESCO. Publicou, além de numerosos ensaios e artigos em revistas especializadas e na imprensa, outros trabalhos de maior porte e de reconhecido valor, História da Música Brasileira, Compêndia da História da Música Brasileira, Sobrevivências totêmicas nas danças brasileiras, Inteligência do Folclore e outros. Morreu em 1981. Disponível: <http://www.soutomaior.eti.br/mario/paginas/dicfrs.htm>.

5 ALMEIDA, Renato. Renato Almeida (Depoimento, 1988). Rio de Janeiro, Museu da Imagem e do Som, 1969.

6 Idem.

7 Lista dos encontros realizados pelos folcloristas entre 1947-64: I Semana Nacional de Folclore- 22 a 28 de agosto de 1948 no Rio de Janeiro; II Semana Nacional de Folclore- de 16 a 22 de agosto de 1949 em São Paulo; II Semana Nacional de Folclore- 22 a 29 de agosto de 1950 em Porto Alegre; IV Semana Nacional de Folclore- de 3 a 10 de Janeiro de 1952 em Maceió; I Congresso Brasileiro de Folclore- de 22 a 31 de agosto no Rio de Janeiro; II Congresso Brasileiro de Folclore- de 22 a 29 de agosto de 1953 em Curitiba; III Congresso Brasileiro de Folclore- de 01 a 07 de agosto de 1959, em Salvador; IV Congresso Brasileiro de Folclore- de 19 a 26 de julho de 1961 em Porto Alegre; V Congresso Brasileiro de Folclore – de 21 a 26 de junho de 1963 em Fortaleza e; Congresso Internacional de Folclore- de 16 de agosto a 22 de agosto de 1954- São Paulo.

8 ALMEIDA, R., *op. cit.*

9 Embora os folcloristas tenham obtido algum grau de institucionalização com a criação da CDFB, ela se consolida de fato na década de 1970 quando a Campanha se transforma no Instituto Nacional de Folclore.

10 ALMEIDA, R., *op. cit.*

11 VILHENA, Luís Rodolfo. *op. cit.*; ORTIZ, Renato. *Cultura Popular: românticos e folcloristas*. SP: PUC, 1985; CAVALCANTI, Maria Laura V. Castro; BARROS, Myrian Moraes Lins; SOUZA, Marina Mello. *Traçando fronteiras: Florestan Fernandes e a marginalização dos estudos de folclore*. In: *Estudos Históricos*, 3(5): 75-92. RJ: CPDOC/FGV, 1990.

12 VILHENA, Luís Rodolfo, *op. cit.*

13 Idem.

14 Edison Carneiro: nasceu no dia 12 de agosto de 1912, na cidade de Salvador, BA. Bacharelou-se, em 1935, pela Faculdade de Direito da Bahia. Como jornalista, foi redator do Estado da Bahia (1936-39), do O Jornal – Rio de Janeiro (1939), do Bahia Jornal (1937), do British News Service (1941). Foi, também, redator-chefe da Associated News (1941). Antropólogo e folclorista, destacam-se entre suas publicações: *Religiões negras* (1936), *Negros bantus* (1937), *O quilombo dos Palmares* (1947), *A linguagem popular da Bahia* (1951), *O negro brasileiro* (1956) e *Candomblés da Bahia* (1956). Faleceu no dia 3 de dezembro de 1972, no Rio de Janeiro. Disponível: <http://www.soutomaior.eti.br/mario/paginas/dicfef.htm>.

15 Apud VILHENA, Luís Rodolfo. *op. cit.*



acervo sonoro e visual, CNFCP

O Movimento folclórico e o acervo sonoro-visual da Biblioteca Amadeu Amaral

Juliana Ribeiro

Este documentário surgiu da iniciativa de valorizar e divulgar o acervo sonoro-visual da Biblioteca Amadeu Amaral, do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular. Além de material etnográfico sobre diversas expressões, como autos, danças, festas, músicas, literatura, arte, artesanato, o acervo possui também registros documentais entre os quais destacamos, aqui, a mobilização de intelectuais brasileiros em torno dos estudos, documentação e defesa do folclore brasileiro, que resultou na criação da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, em 1958.

Neste vídeo abordaremos o período compreendido entre 1947 e 1964, de valorização do folclore como objeto e campo de estudos, que ficou conhecido como Movimento Folclórico¹. Assim, a comemoração dos 50 anos de institucionalização dos estudos de folclore no Brasil nos parece oportuna para lançar o primeiro volume desta série que pretende difundir o material fotográfico e filmico pertencente ao CNFCP.

Para sua edição, utilizamos a documentação audiovisual e textual da Comissão Nacional de Folclore (1947); dos congressos, encontros, semanas e reuniões organizados por folcloristas como Renato Almeida, Edison Carneiro, Joaquim Ribeiro, Manuel Diêgues Júnior, Dante Laytano, Rossini Tavares de Lima; como também registros etnográficos do período.

Destacamos ainda o material visual gerado no Primeiro Congresso de Folclore, ocorrido em 1951. Nele, a presença do Presidente Getúlio Vargas (1882/1954), que se compromete a criar um órgão estatal responsável pela preservação do folclore, reconhecendo, assim, o prestígio atribuído aos folcloristas, representa momento marcante na articulação entre esse grupo e o governo federal. Além disso, foi redigida a Carta do Folclore Brasileiro², que reúne as idéias dos folcloristas das comissões estaduais espalhadas pelo Brasil, organizando suas atividades.

As primeiras grandes pesquisas realizadas oficialmente pela Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro abordaram o município mineiro de Januária, o Litoral paulista e o Samba, tendo produzido um volume de material de grande importância para a compreensão do método de coleta e representação do objeto folclórico utilizado pelos folcloristas. Os filmes do I Congresso Brasileiro de Folclore, de 1951, e da pesquisa de Januária foram produzidos originalmente em 16mm, sendo que o som se perdeu. Assim, para compor a trilha sonora dos trechos selecionados, utilizamos o material sonoro coletado durante essas pesquisas.

A narrativa fílmica foi construída também a partir de material fotográfico que compõe grande parte da documentação sobre as atividades da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro. Para sonorizar essas imagens, utilizamos “O trenzinho caipira” do maestro Villa-Lobos, que participou das investigações inéditas até aquele período sobre música folclórica.

Também a memória de pessoas que em algum momento estiveram envolvidas com o movimento folclórico integra este registro, como os depoimentos da musicóloga Irani Leme, que participou da coleta e identificação dos registros sonoros em companhia do maestro Aloysio de Alencar Pinto; de Vera Calheiros, socióloga que trabalhou no então Instituto Nacional do Folclore e em pesquisas com Théo Brandão; e do professor Bráulio do Nascimento, diretor do Instituto Nacional do Folclore no período de 1975 a 1982.

Entre os documentos sonoros do acervo destacam-se ainda músicas da série Documento Sonoro do Folclore Brasileiro, editada pelo então Instituto Nacional do Folclore; trechos da gravação em que Renato de Almeida é entrevistado por Edison Carneiro, Juracy Camargo, Aloysio de Alencar Pinto, Anita Viana, Levy Carneiro e Vicente Salles, feita pelo Museu da Imagem e do Som, em 1969; o discurso de Edison Carneiro durante inauguração da Biblioteca da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, no Rio de Janeiro, em 1961; e, de produção mais recente, trechos da palestra de Amália Lucy Geisel (diretora do Instituto Nacional do Folclore) na abertura do Seminário Folclore e Cultura Popular: as várias faces de um debate, em 1988; e da produção sonora que integra o livro *A arte de pontear viola*, de Roberto Corrêa.

O filme se encerra com o golpe militar de 1964, que resultou na exoneração de Edison Carneiro da direção da Campanha. Com sua saída ocorreu uma ruptura no trabalho que vinha sendo realizado: uma longa pausa entre o V e o VI Congresso Brasileiro

de Folclore, ocorridos em 1963 e 1970, e a interrupção das negociações para a criação do Instituto Nacional do Folclore. Soma-se a isso a morte de intelectuais importantes como Cecília Meireles e Joaquim Ribeiro, nomes que estiveram sempre à frente das iniciativas e eventos do movimento folclórico.

Alguns documentos, fotografias e imagens que ainda não estavam digitalizadas – as fotografias estavam arquivadas nos originais analógicos e não possuíam negativos; as gravações sonoras estavam em fita 1/8” (K7), fita 1/4” (rolo) e vinil 7” – passaram por processo de captura digital e restauração.

Assim como para a produção deste vídeo, a digitalização dos registros sonoros e visuais sob guarda deste Centro, precedida de processos de conservação e tratamento dos documentos analógicos, vem sendo realizada de modo permanente por sua equipe técnica, de modo a facilitar o acesso ao público e garantir a integridade dos suportes originais.

Gostaríamos de agradecer a disponibilização das fotografias sobre o golpe de 1964 pela “Reminiscências – Pesquisa e produção cultural”. E à parceria do Centro Cultural São Paulo, que cedeu as imagens registradas por Mário de Andrade na Missão de Pesquisas Folclóricas, de 1938.

Esperamos que “Em busca da tradição nacional” possa mostrar o entusiasmo e a idéia de ‘etnografia de urgência’ que guiou esses intelectuais para a organização de um movimento comprometido com a preservação e a valorização da



cultura popular brasileira, e que possamos tornar amplamente conhecida a história institucional relativa aos estudos de folclore no Brasil.

notas

1. VILHENA, Luís Rodolfo da Paixão. Projeto e missão: o Movimento Folclórico Brasileiro (1947-1964). Rio de Janeiro: Funarte: FGV, 1995.
- 2 Neste documento foram formuladas as normas de trabalho e as diretrizes que deveriam orientar as iniciativas de preservação e registro do folclore brasileiro.

MINISTRO DA CULTURA

Juca Ferreira

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

Presidente | Luiz Fernando de Almeida

DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO IMATERIAL

Diretora | Márcia Sant'Anna

CENTRO NACIONAL DE FOLCLORE E CULTURA POPULAR

Diretora | Claudia Marcia Ferreira

DIVISÃO TÉCNICA

Lucia Yunes

SETOR DE PESQUISA

Ricardo Gomes Lima

BIBLIOTECA AMADEU AMARAL

Marisa Colnago Coelho

SETOR DE DIFUSÃO CULTURAL

Lucila Silva Telles

Realização

Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ 2008

Roteiro

Daniel Reis e Juliana Ribeiro

Pesquisas de audiovisuais

Juliana Ribeiro e Alexandre Coelho

Captura digital e restauração fotográfica

Francisco Moreira da Costa

Captura digital e restauração de áudio e vídeo

Alexandre Coelho

Edição de vídeo, mixagem e masterização

Alexandre Coelho

Textos do livreto

Daniel Reis e Juliana Ribeiro

Edição e revisão de textos

Lucila Silva Telles

Ana Clara das Vestes (estagiária)

Legendas do vídeo

Juliana Ribeiro

Programação visual

Rita Horta





“Em busca da tradição nacional – 1947-1964” inaugura a série Caminhos da Cultura Popular no Brasil e marca as comemorações dos 50 anos do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, como forma de destacar o esforço de tantos intelectuais brasileiros para o estudo e a preservação das expressões populares.

A partir de fotografias, gravações sonoras e filmes reunidos desde 1940 no acervo da Biblioteca Amadeu Amaral, o vídeo narra não só a história da instituição, como também um pouco da memória dos estudos de folclore e cultura popular no Brasil, a fim de preservar o trabalho já desenvolvido e fazer dele suporte para o desenvolvimento e a continuidade de pesquisas e estudos na área.



Agosto de 2008

1958 | 2008
Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular

CENTRO
NACIONAL
DE FOLCLORE E
CULTURA POPULAR

IPHAN

Ministério
da Cultura

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL